

Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação

*José Luiz Braga**

RESUMO

O artigo toma como ponto de partida a afirmação generalizadamente aceita de que a Comunicação é um "campo em construção". Considera que a formação do campo depende mais do trabalho de investigação do que de definições abstratas sobre qual seja "o objeto do campo".

ABSTRACT

The article takes as starting point the accepted affirmation of that the Communication is a "field in construction". It considers that the formation of the field depends more on the inquiry work of that of abstract definitions on which is "the object of the field".

219

Professor Titular do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos; Coordenador do Programa (janeiro/2002-dezembro/2004). Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse, Paris. Mestre em Educação pela Florida State University, EUA. Foi professor de Comunicação na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Presidente da Compós no período 1993-95. Áreas de interesse - Processos Mediáticos e Métodos de Pesquisa.

“...é nos confins das ciências, em suas bordas exteriores, com tanta freqüência quanto em seus princípios, seu núcleo e seu centro, que se fazem os progressos” - Marcel Mauss [1924] (1950:324)¹

“Um campo em construção”

A variedade de temas, de objetos, de teorias e concepções sobre a própria área é tal que restam poucos espaços de consensualidade para além do fato de que nos pretendemos todos “pesquisadores no Campo da Comunicação”.

Um destes raros pontos de consenso é a perspectiva largamente aceita de que somos “um campo de estudos em construção”.

É claro que todos os campos de conhecimento se encontram, natural e inevitavelmente “em construção” – na medida em que o processo de conhecimento envolve a contínua revisão de suas perspectivas e abordagens. É preciso especificar, então, que, quando nos referimos ao Campo da Comunicação como “em construção” não estamos apenas afirmando esse truísmo. Mas sim que o campo se encontra em fase de constituição como disciplina acadêmica. Essa fase se caracterizaria, sobretudo, por seu baixo índice de formalização; pela ainda forte dispersão de questões (embora hoje possamos perceber um certo esforço de obtenção de sistematização); pelo fato de que uma parte excessiva das contribuições para nosso foco de interesse é gerada no âmbito de outras Ciências Humanas e Sociais (CHS); e porque uma boa parte dos próprios problemas e questões que movem o campo nos é ainda sugerida “de fora” (às vezes diretamente, às vezes por transferência).

220

Mesmo nesse sentido mais restrito da perspectiva “em construção” pode-se ainda afirmar um forte consenso entre os pesquisadores da área. Entretanto, se há consenso sobre a afirmação, não parece ocorrer o mesmo quanto ao seu sentido para o campo (ou, o que corresponde a um corolário evidente, o que os pesquisadores do campo *fazem com a perspectiva* de que “estamos em construção”).

Percebo pelo menos quatro interpretações que, na prática, parecem estar sendo dadas à proposição (certamente há outras):

- toma-se como explicação para uma certa ausência de rigor, justificando assim uma despreocupação pelo fato de se adotar, às vezes, perspectivas exploratórias impressionistas;

- considera-se uma autorização para que qualquer tipo de estudo possa ser feito porque, se em construção, não se pode dizer o que será finalmente pertinente ou não;

- faz-se um uso invertido da percepção – na verdade voltado antes para a *desconstrução* disciplinar (do próprio campo e das áreas com as quais possa interagir). Estar “em construção” corresponderia aí a “não ser formalizado”. Somada a outras características “difusas” de sua articulação com as CHS, essa situação favoreceria uma posição dos estudos de comunicação como um instrumento privilegiado de *desconstrução*;

- finalmente, pode-se tirar uma conseqüência proativa da afirmação, de refletir sobre os encaminhamentos requeridos para que essa construção seja vista como processual.

Assumindo uma posição crítica com relação às três primeiras alternativas, entendo que a própria existência, na Compós, de um GT sobre epistemologia do campo, é indicador de que a quarta perspectiva encontra um ambiente produtivo e plural de busca de realização.

Se é verdade que “o campo da comunicação se encontra em formação” (e que a afirmação não é apenas um alibi fácil para ausência de rigor, dispersão ou holismo² conceitual), é preciso refletir sobre o estágio em que se encontra; e sobre o que se solicita para avançar nessa construção. Preliminarmente, consideremos algumas premissas para o encaminhamento da reflexão.

Entendemos que o campo se desenvolve pelas tendências da pesquisa empírica, e não por decisões lógico-teóricas, a partir de constructos explicativos do próprio campo. Tais teorizações explicativas suporiam que o perfil do campo pertencesse à “natureza das coisas”, bastando então tentar *desvendar* essa natureza. Inversamente, consideramos que as práticas da pesquisa é que darão o direcionamento para uma efetiva construção – e portanto para o seu grau de sucesso, que pode ser variável.

Isso não significa que se deva simplesmente assumir um laxismo epistemológico, de deixar acontecer para depois interpretar os caminhos percorridos – mas sim que as proposições apresentadas nesta agenda devem se submeter ao teste da observação crítica das pesquisas que lhe sejam aparentadas. Tratar-se-ia de um trabalho *programático* – não no sentido de um “dever ser” aprioristicamente defendido, mas sim de busca, por tentativa-e-erro, voltada para construções que sobreviverão apenas na medida de sua eficácia metodológica para abrir perspectivas instigantes (“produtividade metodológica”).

Em coerência com a primeira premissa, na fase atual interessa menos *definir* qual o objeto do campo (seja em notação empírica, seja conceitual) e mais buscar problemas e questões que pareçam relevantes para o campo (em formulações que não se limitem a copiar as questões já habitualmente feitas em outras áreas de conhecimento). Isso significa *buscar explicitamente* o que há de “comunicacional” (e não apenas sociológico, linguístico, antropológico, artístico, histórico, educacional, etc.) no questionamento.

Isso leva a assumir, como uma política acadêmica relevante para a área, que os problemas de pesquisa da área sejam *explícitos e claros* a respeito

de como e em quê tratam de questões propriamente comunicacionais (na perspectiva do que seja “comunicacional” para o próprio pesquisador – o que, aliás, traria o benefício adicional de evitar a mera implicação ou a perspectiva de que tais e tais questões seriam “evidentemente” comunicacionais).

Quando se trata, então, da construção do campo, a impressão mais imediata corresponde a pensar que o campo se construiria a partir de seu núcleo relativamente consensual, em direção às fronteiras (que ainda se encontram indefinidas). Parece-me que esse núcleo de aceitação mais generalizada é constituído pelos estudos sobre a mídia e seus processos. Embora haja resistência a *restringir* o campo a tais estudos, não parece haver proposta para *excluí-los* – creio que nenhuma outra proposta consegue atingir idêntica aceitação. É claro que existe um debate sobre (a) o que pode ou deve ser considerado “mídia” (em grande parte, o debate sobre a abrangência do termo parece decorrer mesmo da aceitação de sua prevalência); e (b) o que, na mídia, interessa mais diretamente ao Campo³.

222 Aparentemente, as esperanças de um desenvolvimento consistente do Campo seriam depositadas em um trabalho que – assumindo esse núcleo – partisse de sua base sólida em direção às fronteiras indefinidas, com a expectativa de construir, aos poucos, um razoável consenso sobre até onde vai o campo, e sobre o que estaria além de sua pertinência. Creio mesmo que aqueles debates acima referidos, sobre o que pode ser considerado “mídia” e sobre o que cabe estudar sob este rótulo, trabalhariam nessa direção, desde que não sejam uma tática de dispersão (“tudo é mídia”).

Os trabalhos de interface, de vocação interdisciplinar, seriam, ao contrário, dispersores – zonas em que facilmente os objetivos “comunicacionais” se permeiam em outros objetivos e processos; e eventualmente se diluem, solicitados por outras questões de relevância na prática social ou nas abordagens disciplinares de outras CHS. Assinalamos que a presença de referências (de diversos tipos) à mídia nem sempre impede esse movimento de fuga e dispersão: na medida em que a mídia apareça apenas como “recurso”, instrumento a serviço de processos outros, e como tal seja tratada na pesquisa.

Essa dispersão ocorre freqüentemente – quando a “outra interface” se torna prática, teórica e metodologicamente “dominante”, fazendo esquecer o que seriam os objetivos *do campo* que teriam levado à busca de conhecimento sobre as articulações da interface. É sobretudo nessa área de trabalho que aparece aquela perspectiva acima referida, de assumir o “em construção” como autorização para diversificação exacerbada de estudos e para uma chamada “vocação interdisciplinar” do campo. Essa posição defende a dispersão com base no argumento de que a multiplicação das interfaces o exige.

Contrariamente a essa perspectiva, propomos neste artigo que a construção do campo pode partir também dos próprios espaços “de indefinição”, das áreas em que os estudos de comunicação partilham objetos de interface – ou competem por estes.

Construção versus definição

Antes de tratar diretamente da questão das interfaces, é preciso estabelecer uma base mínima de referência sobre a conceituação do campo (e portanto, em nossa perspectiva, de sua construção).

Um problema epistemológico central tem sido a busca do “objeto do campo” – que seria, portanto, adotado como caracterizador principal dos estudos que o compõem. Tenho a impressão de que as propostas em circulação nos estudos referentes a essa questão, no Brasil, frequentemente se limitam a propor e a argumentar *em defesa* da alternativa produzida (e eventualmente *contra* alternativas concorrentes). É claro que uma parte dos debates, inclusive epistemológicos, é movida pela energia de tais contraposições (que podemos, com Jairo Ferreira, 2003, p. 3, assinalar como predominantemente “políticas”). Mas a construção do campo só se fará se o encaminhamento dos conflitos “de posição” levarem a processos acadêmicos – reflexivos e de investigação⁴.

As questões não ficam resolvidas pelo gesto da escolha, se esta se limita ao argumento de defesa – e sobretudo se se dá a esta escolha o estatuto de questão resolvida. É preciso, além disso, *problematizar* a opção, para verificar os óbices e objeções até que esta se torne epistemologicamente produtiva⁵.

Para referir as duas alternativas que me interessam mais de perto, se tomamos como objeto do campo “a mídia” ou “as interações sociais”, mais do que *argumentar em demonstração*, é preciso no próprio gesto da escolha levantar os problemas que decorrem desta⁵. Como corolário, aos opositores não cabe apenas argumentar em contrário – mais interessante é assinalar, como objeção, os problemas a serem enfrentados pela opção criticada.

Trata-se, então, de discutir um passo além da “escolha do objeto”. Isso envolve trabalhar outro problema derivado – correspondente à *abrangência* e à *formulação* do objeto nos termos que interessam ao campo, uma vez que – como é óbvio – não se tratará nunca do objeto empírico ou da situação de referência, mas de um modo específico de problematizá-lo⁶. Trata-se, portanto, da possibilidade (ou não) de se constituir questionamentos produtivos de conhecimento *diferenciados dos questionamentos propostos por outras CHS* (ainda que partindo de mesmas bases teóricas). Trata-se do compartilhamento ou da disputa, entre disciplinas, sobre objetos (agora no plural) que podem até ser empiricamente os mesmos.

Assim, têm razão Hugo Lovisolo (2002) e Afonso Albuquerque (2002) – quando tratam, respectivamente, a opção pela mídia e a opção pelo “fenômeno da comunicação humana de um modo geral” (entendemos, aí, a opção pelo objeto “interação”) – ao assinalar que estas escolhas não conseguem assegurar a especificidade pretendida. O primeiro observa que o objeto “mídia” pode ser estudado por outras disciplinas; o segundo enfatiza que a questão das interações sociais é tratada em todas as CHS.

Lovisolo assinala: “Um estudo sobre a reação hormonal dos espectadores de um filme não forma parte do campo da comunicação, deveria estar na área da fisiologia ou psico-fisiologia. [...] O custo dos impactos publicitários forma parte da administração econômica da publicidade, não necessariamente da comunicação” (2002, p. 8).

Albuquerque, depois de referências a Aristóteles, Maquiavel, Adam Smith, Marx, Engels, Mauss e Levi-Strauss, (para observar que tratam, em suas áreas, do problema da comunicação) afirma: “Tais exemplos deixam claro que a comunicação humana – entendida em sua dimensão mais genérica – constitui um objeto comum a todas as ciências sociais”; e considera “bastante evidente que, nos casos citados, a comunicação constitui tão somente o pano de fundo da investigação e não o problema principal” (2002, p. 31).

Embora a organização do objeto do campo não seja o objetivo principal dos dois artigos, ambos apresentam preferências. Lovisolo critica a ênfase sobre a mídia para defender a posição de que “a tradição da área da comunicação é a de fazer dialogar matrizes disciplinares, não vemos por que teríamos que abandonar essa tradição” (2002, p. 9)⁷. Albuquerque, ao contrário, enfocado na preferência pela mídia, critica o modelo E-M-R para propor “uma outra concepção de meio de comunicação: não mais um *intermediário* entre emissores e receptores, mas um meio ambiente tecnologicamente constituído no qual se verificam relações comunicativas” (2002, p.29, Resumo). Pessoalmente, posso conviver bem com ambas as afirmações, embora talvez não acompanhando os autores em todas as conseqüências que parecem tirar delas.

O que quero ressaltar é a perspectiva de que aqueles compartilhamentos de objeto possam parecer aos autores argumento suficiente para *exclusão* de tal objeto como central para o campo. A insuficiência de especificidade deve ser argumento para construção dessa especificidade – e não para que se “jogue fora” o objeto; ou para que se derive daí (como se estivesse assim demonstrado) a inevitabilidade do “interdisciplinar”.

Se assim fosse, nada restaria como possível objeto para o campo. Na verdade, seria preciso reduzir todas as CHS a uma só – de tal forma seus objetos (sobretudo quando observados mais próximos da realidade social) se entrecruzam e permeiam (como aliás o próprio Albuquerque o demonstra com suas referências a autores de diferentes disciplinas). Mas justamente,

não se trata de adotar como caracterizador do campo um objeto empírico (ou um determinado tipo de questão social) – mas sim problematizações específicas sobre esse objeto ou questão. Os problemas postos sobre os mesmos objetos é que são variados (como se pode ilustrar através de uma releitura dos trechos já citados). A questão permanece, portanto, em aberto: o que é que caracteriza nossa problematização sobre tais objetos e questões?

Assim, em qualquer das alternativas, incumbe a quem prefere esta ou aquela organização do objeto de interesse do Campo da Comunicação, mais do que argumentar contra outras preferências, desenvolver criticamente sua própria preferência não só em termos argumentativos – mas procurando os problemas e dificuldades geradas pela própria escolha. O que nos parece então geralmente afirmável é que – qualquer que seja o “objeto preferencial” de uma determinada corrente, este precisará ainda ser “construído”. Na verdade, está sendo construído – talvez aos trancos e barrancos, de modo meio exploratório e selvagem – na prática das pesquisas dispersas⁹. Essa construção parece demandar um “desentranhamento” do objeto de perspectivas outras, ao mesmo tempo que uma elaboração propriamente dita, que não “deixe de fora” aspectos do objeto que são fundamentais para uma *compreensão* – cuja necessidade social, afinal, é que terá solicitado/gerado todo esse esforço de produção acadêmica.

Tais questões nos parecem pertinentes mesmo que não se enfatize o campo mediático ou as interações sociais como objeto – mas, alternativamente, a indústria cultural, os signos, a significação, o sentido, a atualidade, as mediações. Entretanto, faremos a discussão subsequente a partir de minhas preferências pessoais (que envolvem a interação social como ângulo principal e a mídia enquanto fenômeno empírico de maior relevância, ainda que não exclusivo). Essa abordagem, ao mesmo tempo em que reconhece (e, portanto, defende) a preferência, coerentemente com o exposto acima, sugere que se ponha a teste suas possibilidades.

225

Interdisciplinaridade x Interfaces

Antes de considerar as relações entre interdisciplinaridade e interfaces, é preciso distinguir duas noções da expressão “interdisciplinaridade”.

No sentido geral a expressão refere-se à *concorrência de várias disciplinas*, duas ao menos, para a elaboração conceitual e/ou metodológica requerida no tratamento de um problema de pesquisa (isto é, na busca de conhecimento sobre um determinado fenômeno da realidade). A Comunicação, como todas as CHS, pode se beneficiar de aportes interdisciplinares, e freqüentemente o faz. Não há porque opor resistência a esta tendência (contemporaneamente crescente) de articulações entre disciplinas. Ao mesmo

tempo, a percepção da forte presença teórica “alheia” é base para questionamentos interessantes sobre o estado atual da formação do campo.

Há, entretanto, um outro sentido, conotado no Campo de Comunicação: que este, não tendo objeto específico nem questionamentos peculiares, seria apenas um aglomerado interdisciplinar, uma espécie de acordo *ad-hoc* de disciplinas para tratar de certos temas (não se especifica bem quais, nem porque seria necessário esse acordo especial fora das relações interdisciplinares habituais das disciplinas). Utiliza-se como argumento (a) aquela confluência do primeiro sentido; (b) a ausência de objeto específico consensual. Observo que os dois argumentos correspondem a duas boas premissas, como descrições adequadas, que são, das coisas. A conclusão tirada dessas premissas é que não parece decorrer logicamente delas. A essa posição, que recusa ao Campo a pretensão de uma constituição plena como disciplina, prefiro denominar de “postura interdisciplinarista” – e não se confunde com o simples reconhecimento da diversidade de aportes interdisciplinares.

Note-se que a “postura interdisciplinarista” é contraditória com a percepção do campo como “em construção”, enquanto que o reconhecimento da interdisciplinaridade convive bem com uma vocação *disciplinar em formação*.

226

Quanto a “interface” – parece ser um termo adequado para referir a presença de atividades, no espaço social, que envolvem origens, processos e objetivos não inicialmente confluentes (mas antes pertencentes a “áreas” diferenciadas). Assim, cada componente da atividade comparece com seu acervo (historicamente constituído) de práticas e de conhecimentos.

Não será raro que alguns destes espaços de atuação social sejam objeto privilegiado de uma disciplina acadêmica. Assim, junto com suas práticas e processos “em sociedade”, viria também um perfil teórico-metodológico habitual no seu tratamento conceitual e acadêmico. Esse elemento de “interdisciplinaridade” entraria, então, também, em linha de conta na observação da interface (mas não é ele que *determina* o interesse em estudos de interface).

Parece-nos, quando falamos nas interfaces comunicacionais, que estamos nos referindo a fenômenos sociais – nos quais encontramos:

- um perfil de práticas, origens e objetos diferenciados;
- que têm seus processos interacionais desenvolvidos em função de suas necessidades próprias de movimentação na sociedade;
- mas que também encontram problemas de interação (comunicacionais) que não se resolvem totalmente de modo subsumido aos próprios objetivos de efetividade da área extra-comunicacional;
- esta situação faz ressaltar então, para nossa área, a “comunicação” como questão, como ângulo que solicita reflexão, ações e *desenvolvimento de conhecimentos especiais*.

Assim, o fato de determinadas questões aparecerem como “questões de interface” não se confunde com a questão da interdisciplinaridade. Na abordagem de interfaces, a articulação de teorias variadas não é feita em nome de uma valoração abstrata da diluição de fronteiras (que poderíamos chamar de “transdisciplinaridade programática”, e que nos parece defendida em determinadas posições “do campo”!), mas de uma necessidade vigorosa de conhecer a concretude do objeto em suas articulações. A articulação entre disciplinas diferentes não se dá, então, como eliminação cãndida e ensaística de fronteiras, mas como problema e dificuldade, como necessidade, para o tratamento do material e para dele extrair conhecimento específico – superando as dificuldades teórico-metodológicas e fazendo funcionar, de modo articulado, conceitos preparados em cozinhas diferentes.

Ora, o campo da Comunicação (tanto no ambiente social como na produção de conhecimento acadêmico) é efetivamente um âmbito de interfaces. Na sociedade, a processualidade comunicacional se realiza por inclusividade, observando e absorvendo, de modo avassalador, toda e qualquer ação ou temática social. Caracteriza-se também por sua penetrabilidade – modificando “na origem” todos os demais processos sociais que – na sociedade mediatizada – vêm seus objetivos, procedimentos, critérios próprios, formulados no surgimento mesmo, de modo genético (e não apenas por acréscimo posterior) em função das necessidades de interação, de “visibilidade”, de inserção mais ampla que a do círculo dos iniciados.

Essas condições decorrem largamente de nos situarmos (majoritariamente) em uma sociedade mediatizada. Esta não é tal como *conseqüência* da presença de dispositivos tecnológicos de mídia. Diríamos de modo inverso: é porque a sociedade crescentemente gerou a necessidade, para processar suas interações, de comunicações mais amplas e abrangentes, mais difusas, mais diferidas, mais registradas, mas também mais ágeis, mais bidirecionais, mais específicas e especializadas, mais diversas, mais eficazes (etc.) que foi desenvolvendo mais e mais procedimentos e tecnologias mediáticas.

Como a invenção, embora pretenda inicialmente atender a uma necessidade percebida, logo em seguida é “descoberta” e adaptada para outros objetivos, o resultado é um entrecruzamento e uma convergência de processos (e, portanto, obviamente, de uso de tecnologias). Isso se soma ao fato de que todas as áreas de conhecimento (e ainda de atuação social, acrescentamos) se interessam por questões comunicacionais,

Com isso, e continuamente, os múltiplos interesses “de comunicação” da sociedade; assim como os diferentes ângulos (disciplinas) de observação e estudos desses interesses e processos; passam também a se superpor e a gerar desenvolvimentos, ora dispersos, ora convergentes.

Dois vetores, portanto, concorrem para a relevância das questões comunicacionais na contemporaneidade: o reconhecimento da importância

das “interações” em todas as áreas de conhecimento e atuação social; e o fato de que tais interações se tornam crescentemente mediatizadas. Na confluência destes dois vetores, todas as áreas de atividade humana e todas as disciplinas de conhecimento social e humano “assumiram” os processos comunicacionais enquanto questão pertinente para seus interesses e objetivos específicos. “Comunicar”, embora subsumido às especificidades de uma atividade determinada (ou apenas complemento interessante para problemas de conhecimento das demais disciplinas) vem ocupando uma relevante parte da atenção – tanto dos responsáveis por práticas sociais, como por pesquisadores de diversas áreas.

O objetivo de desentranhamento

As interações sociais (quer sejam ou não mediáticas) podem interessar a todos os campos da atividade social. Correlatamente, as Ciências Humanas e Sociais (e as Artes), que se interessam por uma ou por outra de tais atividades, tendem a incluir problemas de comunicação entre seus interesses (formulando estes problemas, como é natural, segundo as perspectivas, os objetivos e as questões habituais destas disciplinas).

228

Para nós, que nos preocupamos com o interacional em uma perspectiva na qual os interesses e objetivos específicos de outras áreas seriam apenas “variantes” (mais que foco central) e “particularizadores” (mais do que questões a resolver) – um problema básico é justamente o de desentranhar nosso objeto de interesse do magma “transdisciplinar” (ou seja: do ambiente social geral, no nível dos fenômenos) e das demais disciplinas que aí fazem observações segundo suas perspectivas diversificadas.

Nessa perspectiva, o estudo das interfaces torna-se um espaço privilegiado de construção do campo – para *desentranhar* o que é propriamente comunicacional das demais questões.

Na realidade social, as questões comunicacionais aparecem de tal modo integradas no conjunto não analisado, mas sim vivenciado, de gestos e práticas, que a única perspectiva pertinente de senso comum é não distingui-las mesmo – são apenas “parte” de uma movência mais ampla ditada por “outros” interesses e pertinências.

Se, no estudo dessas questões, nos deixássemos levar por essa tendência (sobretudo lembrando que geralmente aqueles “outros interesses e pertinências” já se encontram bem instalados como preocupação e/ou como objeto de disciplinas mais formalizadas) arriscamo-nos seja a vogar no impressionismo do senso comum, seja a aceitar a diluição do campo nos interesses mais bem estabelecidos da outra área de interface. O que levaria a condenar os estudos da comunicação a essa situação crônica de “campo em construção”.

O desenranhamento das questões comunicacionais não corresponde, entretanto, a um gesto epistemológico artificial de abstrair o objeto, separando-o de suas instâncias pragmáticas de existência.

No estudo das interfaces, o campo de conhecimento (de modo coerente com o objeto “interações”) se constitui não por separação ou distinção. Ao contrário, o conhecimento avança pelo desenvolvimento de percepção das incidências mútuas entre o campo da comunicação e os campos sociais e/ou de conhecimento outros – uma vez que o objeto não aparece nunca “em estado puro” (que seria o “exclusivamente comunicacional”) isolado de motivos e processos que lhe dão “tonalidades”.

Além disso, espera-se mesmo referência freqüente a teorias sociais, psicológicas, históricas, praxiológicas, lingüísticas, antropológicas – sem entretanto nos limitarmos a qualquer delas – para nos mantermos “perto do objeto” na sua existência concreta e social, com o objetivo de – sobre essa concretude – construir o objeto *enquanto instância teórico-problematizadora*.

O desenranhamento corresponde a refletir sobre a presença do comunicacional na interface estudada, a observar as questões, problemas e aportes decorrentes. Portanto, explicitar e trabalhar o que *este lado comunicacional* da interface está aí fazendo. Observo que esse “programa” é válido também para outras preferências sobre o que seja o “comunicacional”.

Wilson Gomes, em livro sobre Comunicação e Política¹⁰, adota como título do primeiro capítulo a questão “O que há de Comunicação na Comunicação Política?”. Essa pergunta funcionou como um mote no desenvolvimento do presente artigo.

As questões específicas do desenranhamento dependerão, é claro, da interface determinada em que se esteja trabalhando, assim como dos problemas pontuais da investigação. Entretanto, algumas perspectivas gerais podem ser assinaladas.

A primeira delas corresponde justamente à formulação apresentada por Afonso Albuquerque no trecho citado acima, e que aqui repetimos parcialmente. O autor considera “bastante evidente que, nos casos citados, a comunicação constitui tão somente o pano de fundo da investigação e não o problema principal” (grifo nosso) (2002, p. 2).

Justamente, entendemos que nas demais CHS (assim como nas Artes, na Filosofia, na Política, etc.) a questão das interações é “pano de fundo”; ou então é abordada dentro dos limites e segundo a prevalência dos objetivos e perspectivas daquelas áreas.

Para a Comunicação, inversamente, é a questão interacional (mediática ou não) que deve prevalecer. As questões das demais áreas não devem, evidentemente, ser eliminadas (até porque não há comunicação em estado puro, sem objetivos direcionados), mas sim analisadas enquanto sobre-determinações, tonalidades, especificações do processo interacional.

É claro que, no específico de cada pesquisa, os processos não são tão simples – exatamente porque, não tendo acesso a uma pura comunicação, não é fácil decidir o que mais especificamente pertence ao “comunicacional”; e o que é antes marca de “tonalidade”.

Por isso mesmo, muitos desenvolvimentos conceituais relevantes para nossa área, muito conhecimento elaborado sobre fenômenos de interesse, têm sido produzidos por outras áreas, ainda que interessados na questão de modo complementar. Deve ser possível prever um avanço nessa construção até que possamos, com nossas pesquisas, vir a contribuir também para os interesses de conhecimento que as outras áreas podem ter sobre a questão.

Em síntese, o desentranhamento não deve levar a se separar um “comunicacional abstrato” de suas especificidades geradas ou percebidas em outros estudos. Mas sim, na fase atual, estar atento para as diversas tonalidades do objeto que nos preocupa – sem deixar que este se perca nos objetivos principais das disciplinas que as abordam, pesquisam e descobrem.

Para que esse programa seja efetivo, é preciso assumir alguns processos e desafios.

É importante ultrapassar a idéia de que os objetos de estudo de interface correspondem a um território de *plena cooperação* entre atividades (no espaço social) ou de sintonia entre percepções de disciplinas diversas que trariam, harmonicamente, seus objetivos e processos para uma tarefa comum.

230 O encontro, na sociedade, de áreas de atuação díspares (na origem, nos objetivos, nos processos), tende a gerar desacertos práticos, incertezas e processualidades tentativas com alto grau de risco de equívocos. É preciso, portanto, perceber que as zonas de interface são quase que por definição problemáticas.

Considerando a interface como *área de tensão* e não simplesmente como espaço de sobreposição de objetivos e compartilhamento harmônico ou panorâmico de investigação, em vez de usar expressões na forma “Comunicação & [interface]”; deveríamos adotar “Comunicação *versus* [interface]” – assinalando que se trata de problematizar objetos a contrapelo das clivagens mais estabelecidas nas disciplinas vizinhas.

É preciso ainda:

- conhecer a situação social concreta permeada por um e outro campo – com domínio sobre as estruturas sociais e processos ocorrentes;

- evitar o reducionismo de enxergar o campo da Comunicação apenas através do outro (ou outros) – o que geraria, em vez de percepção da interface, redução aos conceitos e estruturas do campo vizinho. Os estudos de interface comportam sempre o risco de que a área da Comunicação – menos “constituída”, isto é, menos formalizada como campo disciplinar – se dilua nas concepções e horizontes da área de interface, sendo aí vista apenas de

modo instrumental (“recurso”, “meios”, “práticas”, “modos de fazer”) ou mesmo sendo esquecida;

- perceber que a contribuição dos campos de interface é diferenciada na natureza mesmo de seus aportes; que é possível trabalhar segundo vetores diferentes de interesse – o que permite gerar, nos mesmos ambientes de interface, problemas diferentes. Assim, diante de propostas, problemas, conceitos, teorias de áreas avizinhanças – é sempre possível (e desejável) se perguntar “que outros ângulos a área da Comunicação poderia propor, como contribuição e ultrapassagem”. Não basta, portanto, a presença do objeto comunicacional (como, por exemplo, nas pesquisas em que os dados do observável são buscados na mídia) – é preciso ainda que a problematização seja feita em ângulo de interesse comunicacional;

- perceber problemas e desafios relevantes gerados na própria sociedade, pelas articulações (eventualmente produtivas, mas necessariamente tensas) entre os campos, atentando para a diversidade de pontos de contato e para a variedade das questões relacionadas;

- através da diversidade e das variações encontradas, ter entretanto visão de abrangência, necessária para ultrapassar o episódico e construir uma percepção das formas sociais em que os específicos ganham sentido e consistência *acima* de sua característica própria de “variação”.

Dois patamares

231

O trabalho de desentranhamento corresponde apenas a um primeiro patamar no trabalho continuado de construção do campo. Trata-se, aí, de buscar uma percepção das múltiplas questões, conceitos, variações, tonalidades que as interações sociais produzem no âmbito de preocupação dos campos de interface – trazendo-as expressamente revistas *em função das preocupações próprias do Campo da Comunicação*.

A Comunicação, quando vista em uma interface específica, se apresenta com tais e tais características. Não se trata apenas de “aspectos” da Comunicação que seriam *acionados* na e pela interface. Mas também da percepção que a própria zona de interface oferece sobre o Campo. Pontos de vista múltiplos, portanto, conforme as diferentes interfaces.

Essa perspectiva deve nos fazer atentos ao fato de que não se distingue facilmente o que há, em cada interface, de propriamente comunicacional; e o que afinal se deve aos processos e objetivos do vizinho de interface.

Um segundo patamar (de elaboração subsequente) deve decorrer do cotejo, da articulação, da contrastação de processos em diferentes interfaces – no que tenham de comum e de diferenciado, permitindo teorizações em nível mais abstrato, mas ainda assim, em contacto com as bases sociais concretas que dão sentido a toda busca de conhecimento e podendo sobre elas repercutir.

No estágio atual do campo, portanto, o trabalho nas interfaces (bem refletido, e atendendo aos requisitos e exigências que evitem a facilidade e a diluição do objeto) parece-nos ser a tarefa mais necessária, exigente e estruturalmente pertinente. O segundo patamar aparece prefigurado como desejável e como instância de coroamento dessa tarefa ampla, diversificada, e ao mesmo tempo produtiva, realista e concreta de conhecimento aprofundado das interfaces. Tarefa futura, portanto, mas a ser avistada desde já.

O que se tem a aprender não decorrerá apenas do assemelhamento entre interfaces diversas, o que seria simplificador. Mas (*mutatis mutandis* – essa é a questão relevante: mudando o que precisa ser mudado, nas percepções, conceitos e perspectivas), da transferência *de abordagens*; da observação das diferenças e das especificidades que, caracterizadoras variáveis de cada âmbito de interface, podem ajudar a compor em sua complexidade um acervo teórico-e-observacional que nos devolva, por sua vez, o que é o comunicacional articulador dessas especificidades.

A superação dessa dificuldade – que corresponde ao esforço de “sintetizar” (no sentido químico da expressão) o comunicacional – seria decorrente do exercício intelectual de estudar as articulações entre os diversos pontos de vista, gerados em diferentes interfaces. Nesse patamar de maior abstração, não se trata de reduzir a diversidade adotando apenas, como característica do campo, aqueles elementos comuns a várias interfaces; mas antes de perceber e formular as articulações (e mesmo as contraposições) entre diferentes interfaces, mantendo a complexidade do objeto, ao mesmo tempo em que gerando uma compreensão sobre o nível superador em que aquelas articulações-e-contraposições “se resolvem”. Esse nível é aquele em que se encontrará, propriamente, o campo da Comunicação.

232

Conclusão

Isto seria, então, observar a complexidade dos fenômenos de interface e a diversidade de aportes teórico-conceituais (interdisciplinaridade) não para justificar a dispersão e sim para, efetivamente, contribuir para a construção do Campo da Comunicação. Esse trabalho corresponderia também à referida discussão crítica proposta por Karl Popper (2001, p. 30), como “tentativa de eliminação” a ser correlacionada à “formação de tentativas de teoria”. Somente na medida em que tal processo permita ao campo uma geração de novos problemas, de maior acuidade e pertinência, é que a perspectiva preferida de construção do objeto se demonstrará viável e efetiva.

As perspectivas aqui expostas assumiram como preferencial a busca de questões e problemas sobre interações, como preocupação comunicacional mais relevante nos espaços de interface. Mas, para ser coerente com o processo construtivo proposto, não é obrigatório que *essa questão*, especificamente, seja a única testada. *Outras previsões e propostas* sobre o

que deve constituir enfoque relevante do campo *deveriam ser igualmente testadas*.

O que finalmente parece corresponder ao desafio principal para trabalhar a construção do campo a partir das interfaces é efetivamente procurar, aí, o que há de comunicacional.

O “programa de ação” interessa mais do que a hipótese específica do pesquisador sobre o que seja o “comunicacional”. Apenas se pretende que essa hipótese seja expressa – e que se disponha a ser testada. Não para verificar, “sim-ou-não”, se está lá e é verdadeira – provavelmente estará mas a “verdade” é relativa – e sim para descobrir o que se traz, assim, de conhecimento para o campo – e que possa ser cotejado com buscas similares em outras interfaces para, desentranhando das especificidades de cada uma, gerar conhecimento válido no campo – participando assim de sua construção.

É claro que, conforme o conceito preferido, vai-se descobrir coisas menos ou mais relevantes. Este é que será – historicamente – o critério de validade das diferentes preferências e hipóteses no trabalho de construção do Campo. Correlatamente, uma preferência que não se disponha ao trabalho de desentranhamento parecerá pouco defensável e pouco produtiva nessa construção.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso. “Os desafios epistemológicos da comunicação mediada por computador”, Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos. PPG Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2002.
- BRAGA, José Luiz. “Constituição do Campo da Comunicação”, in Fausto Neto, Antonio, José Luiz Aidar Prado, Sérgio Dayrell Porto (orgs.), *Campo da Comunicação, caracterização, problematizações e perspectivas*, Editora UFPB, João Pessoa, 2001
- BRAGA, José Luiz e Regina Calazans. *Comunicação & Educação – Questões delicadas na interface*. Hacker Editores, São Paulo, 2001.
- FERREIRA, Jairo. “Campo Acadêmico e Epistemologia da Comunicação” – texto digitado, debatido no GT Epistemologia da Comunicação, XII Compós, UFPE, junho de 2003.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da Comunicação de Massa*. Editora Paulus, São Paulo, 2004.
- LOVISOLO, Hugo. “Epistemologia prática do Campo da Comunicação” – CD Anais da XI Compós, GT Epistemologia da Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, junho de 2002.
- MARTINO, Luiz Cláudio. “Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação”, in Hohlfeldt, Antonio, Luiz Cláudio Martino e Vera Veiga França

(orgs.) *Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

POPPER, Karl. *A vida é aprendizagem – epistemologia evolutiva e sociedade aberta*. Edições 70, Lisboa, 2001.

VASSALLO LOPES, Maria Immacolata, José Luiz Braga e Etienne Samain. “Proposta de atualização da categorização do campo da Comunicação em subáreas”, in Fausto Neto, Antonio, José Luiz Aidar Prado, Sérgio Dayrell Porto (orgs.), *Campo da Comunicação, caracterização, problematizações e perspectivas*, Editora UFPB, João Pessoa, 2001

Notas

¹ Já tinha escrito e apresentado este artigo em debate no GT de Epistemologia da Comunicação da Compós, em junho de 2004, quando encontrei essa proposição de Mauss, de 1924, referindo-se às fronteiras entre a Psicologia e a Sociologia. Parece-me que o que aqui se expressa ressoa em sintonia com esta postura.

² Usamos esta expressão, aqui, sem qualquer referência às correntes de pensamento que adotam a expressão, e apenas para caracterizar a perspectiva que considera o campo comunicacional autorizado a estudar toda e qualquer questão humana e social (“tudo é comunicação”). Corresponde também a um “imperialismo” disciplinar que tende a subsumir as demais disciplinas.

³ Alguns ângulos são excluídos, outros assumidos – nem sempre sendo suficientemente explicitadas as razões da preferência. É claro que parece ultrapassado um período em que “os meios” forneciam a base (e aí, o estrito processo referido pelo modelo Emissor-Mensagem-Receptor). Hoje se pode considerar adquirido que interessam os processos mediáticos (sociais, culturais, simbólicos, de sentido, políticos, ...), bem mais complexos e difusos.

⁴ Acredito que as perspectivas do presente item, sobre a construção do campo, podem ser relacionadas à proposta de Jairo Ferreira de uma epistemologia genética para a comunicação (2003).

⁵ Karl Popper (2001) propõe que as “tentativas de eliminação através de discussão crítica” são tão importantes para o avanço da ciência quanto a “formação de tentativas de teoria” (p. 30). E ainda: “cada tentativa de solução, cada teoria é testada tão rigorosamente quanto nos é possível testá-la” (p. 26).

⁶ É o que, parcial e preliminarmente, tentamos fazer (Braga, 2001) ao expressar uma preferência pelo objeto “interações”.

⁷ Na perspectiva positivista, tratava-se de organizar “objeto-e-método” como base de uma disciplina. Acreditamos não cair aqui nessa perspectiva – pois a referência a “modo específico de problematizá-lo” não corresponde a “método”, mas a alguma coisa bem mais pragmática: ao conjunto de problemas de pesquisa que, sendo historicamente construídos, pode chegar a ter coesão suficiente para gerar práticas de pesquisa, um corpo teórico e um reconhecimento mútuo de pesquisadores entre tendências e escolas variadas.

⁸ Embora considere que a simples manutenção da “tradição interdisciplinar” não nos leve mais longe do que levou até agora, aprecio particularmente o ponto central do

artigo de Lovisolo, em sua preocupação com o que chama (adequadamente, parece-me) de “epistemologia prática”, que talvez seja um bom antídoto contra a dispersão transdisciplinar.

⁹ Talvez isso possa explicar parcialmente aquela relativa consensualidade de pertencimento da mídia (se não no sentido de marcar as fronteiras, certamente no sentido de se encontrar “dentro do campo”). Este objeto, particularmente, vem sendo largamente trabalhado em pesquisas, com grau de consistência suficiente para que não possa, por reconhecimento histórico, ser eliminado.

¹⁰Editado em 2004, pela Editora Paulus, mas a que tivemos o privilégio de acesso, em 2003 em forma digitada. O texto é um exemplo relevante daquilo que nos pauta nestas reflexões.

236

Palavras-chave

1. Campos da Comunicação
2. Interfaces
3. Pesquisa em Comunicação
4. Epistemologia